

A história do colégio jesuíta de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVI
The history of the jesuit college of São Sebastião do Rio de Janeiro in the 16th century
La historia del colegio jesuita de San Sebastián de Río de Janeiro en el siglo XVI

Recebido: 06/09/2020 | Revisado: 13/09/2020 | Aceito: 16/09/2020 | Publicado: 19/09/2020

Amanda Vitor Dourado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2362-584X>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: amandav.dourado@gmail.com

Amanda Malheiros Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0462-1093?lang=en>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: amandamalheiros@outlook.com

Resumo

Este estudo tem por finalidade analisar a implantação e o percurso histórico do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, localizado na região da Baía de Guanabara. Para isso, adotou-se a metodologia bibliográfica e documental, na qual foram analisados artigos, cartas jesuítas e escritos de Serafim Leite (1890—1969). A pesquisa é justificada pela necessidade de compreender como ocorreu a organização do ensino nos primórdios da educação brasileira. Deste modo, podemos refletir sobre o passado, o presente e o futuro dentro da perspectiva da ruptura e da continuidade. Com os resultados obtidos, é possível perceber que os intensos conflitos, na Baía de Guanabara, significaram o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e a instauração da instituição escolar. Por meio das discussões, podemos refletir sobre a área da história e a historiografia da educação. Essa permeia as investigações históricas sobre os fenômenos educativos escolares, a estrutura do colégio e os conteúdos lecionados pelos padres jesuítas aos seminaristas que, futuramente, cumpririam a função de transmitir a fé católica e ensinar as crianças indígenas. A alfabetização e os ensinamentos religiosos, que aconteciam nas casas de bê-á-bá, aos meninos nativos, eram primordiais para desenvolver o hábito da leitura da Bíblia e converter o gentio à fé cristã. Considera-se que a colonização do Rio de Janeiro só foi possível devido a dois fatores: a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica. Enquanto a administração portuguesa pretendia expandir seus territórios e se beneficiar dos

produtos oferecidos pelas novas localidades encontradas, as ações dos padres jesuítas eram de expansão do Cristianismo que havia sofrido repressão pelo protestantismo.

Palavras-chave: Educação; História da educação; Organização do ensino; Padres Jesuítas; Indígenas.

Abstract

This study has the purpose to analyze the implementation and historical route of the Colégio São Sebastião do Rio de Janeiro, located in the Guanabara's Bay region. Thereunto, we adopt the bibliographic and documentary methodology; we analyzed articles, Jesuit letters and the texts written by Serafim Leite (1890–1969). The research is justified by the need to understand how the teaching organization occurred of teaching took place in the beginnings of Brazilian education. In this way, we can reflect about the past, the present and the future from the perspective of rupture and continuity. With the results obtained, we can see that the intense conflicts, in Guanabara's Bay, meant the development of Rio de Janeiro and the establishment of the school institution. Through discussions, we can reflect about the area of history and historiography of education. This permeates historical investigations about educational phenomena, college's structures and the contents taught by Jesuit priests to seminarians who, in the future, would fulfill the function of transmitting the Catholic faith and teaching indigenous children. The literacy and religious teachings, that happened in the *bê-á-bá's* houses, for native children, they were essential to develop the habit of reading the Bible and convert the Gentile to the Christian. We consider that the colonization of Rio de Janeiro was only possible due to two factors: Portuguese Crown and Catholic Church. While the Portuguese administration intended to expand his territories and to get benefits whit the products offered by the new localities found, the actions of the Jesuit priests were to expand Christianity that had suffered repression by Protestantism.

Keywords: Education; History of education; Teaching organisation; Jesuit priests; Indigenous.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar la puesta en marcha de la escuela de San Sebastián en Río de Janeiro, ubicada en la región de la Bahía de Guanabara. Para ello, se adoptó la metodología bibliográfica y documental, en la que se analizaron artículos, cartas jesuitas y escritos de Serafim Leite (1890-1969). La investigación se justifica por la necesidad de entender cómo la organización de la enseñanza tuvo lugar en los inicios de la educación

brasileña para que podamos reflexionar sobre el pasado, el presente y el futuro desde la perspectiva de la ruptura y la continuidad. Los resultados muestran que hubo intensos conflictos en la Bahía de Guanabara, y eso significó el desarrollo de la ciudad de Río de Janeiro y el establecimiento de la institución escolar. Los debates permiten reflexionar sobre el área de la historia y la historiografía de la educación, que a su vez impregna las investigaciones históricas sobre los fenómenos educativos escolares, la estructura del Colegio y los contenidos que fueron enseñados por los sacerdotes jesuitas a seminaristas que cumplirían la función de transmitir la fe católica y enseñar a los niños indígenas. La alfabetización y las enseñanzas religiosas de los niños nativos eran primordiales para desarrollar el hábito de leer la Biblia y convertir a los gentiles a la fe cristiana y tuvieron lugar en las casas de la bá-á-bá. Se considera que la colonización de Río de Janeiro sólo fue posible debido a dos aspectos: la Corona Portuguesa y la Iglesia Católica. Mientras que la administración portuguesa tenía la intención de ampliar sus territorios y beneficiarse de los productos ofrecidos por las nuevas localidades que se estaban encontrando, la acción de los sacerdotes jesuitas fue una de expansión del cristianismo que había sufrido la represión por el protestantismo.

Palabras clave: Educación; Historia de la educación; Organización docente; Sacerdotes Jesuitas; Indígenas.

1. Introdução

O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, inaugurado no século XVI, foi o terceiro colégio dos jesuítas no Brasil. Seu processo de implantação ocorreu devido à demanda hegemônica da Coroa Portuguesa e dos objetivos da Igreja Católica, na tentativa de manter o ideário abalado no decorrer da sua história.

Embora o colégio tenha sido fundado há mais de 446 anos, ainda são poucos os estudos referentes à sua formação. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar o percurso histórico do colégio. Para tanto, a investigação tem como base teórica as leituras de Serafim Leite em “História da Companhia de Jesus no Brasil” e “*Monumenta Brasiliae*”, bem como os apontamentos de padres e estudiosos que escreveram sobre o assunto.

Partindo da pergunta - “De que modo ocorreu a fundação e o funcionamento dos colégios dos jesuítas em território brasileiro no século XVI?” - percebe-se que o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro teve um processo ligado à historicidade, possível, somente, devido aos objetivos tanto da Igreja Católica quanto da administração de Portugal.

Os conflitos entre os nativos, os portugueses e os franceses foram intensos, principalmente nas terras destinadas à implantação do colégio. Com a intenção de manter o poder, os estrangeiros criaram as capitanias e habitaram a terra do Pau-Brasil. No decorrer da história, instaura-se a instituição de ensino e a cidade se desenvolve ao seu entorno.

O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi um local muito importante para a sociedade do século XVI, pois apresentou diversas atividades relevantes aos moradores da região de São Sebastião. A população do Rio de Janeiro tinha acesso à botica, à igreja, ao hospital e à biblioteca. O método jesuítico aplicado era o *Ratio Studiorum* (1599) e os conteúdos referentes à leitura e à escrita, à teologia, às humanidades e à gramática.

As discussões apresentadas, no decorrer do estudo, estão relacionadas com os aspectos da organização social de Portugal, as relações de comércio, a crise da religião católica, a tentativa de reconstrução da hegemonia cristã e a organização da Companhia de Jesus voltada à educação, bem como os objetivos dos padres jesuítas no Rio de Janeiro e da administração de Portugal. Por fim, retrata-se a estrutura curricular, infraestrutura do estabelecimento escolar e a ação dos padres jesuítas na instituição de ensino.

2. Metodologia

A pesquisa contou com a análise de diversos materiais bibliográficos, desde livros e sítios eletrônicos, até documentos. Os textos foram selecionados em bases de dados, como a Scielo, BDTD, Periódicos da Capes e Google Acadêmico.

Entre os títulos relevantes, destaca-se o livro de Pedro Doria: “1565 enquanto o Brasil nascia: A aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país” (2012), que retrata o conflito entre Portugal e franceses durante a conquista da Baía de Guanabara, a fundação da cidade de São Sebastião e outros acontecimentos históricos que ocorreram no ano de 1565 e contribuíram para o povoamento do Rio de Janeiro, em consequência, para a construção do colégio jesuíta no século XVI.

Também compõem o rol de literaturas o livro de Sérgio Buarque de Holanda: “A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial” (1968), no qual o autor trata dos acontecimentos históricos do Brasil colonial, entre eles, a ocupação da Baía de Guanabara; e a pesquisa de Raquel Silveira: “O Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e suas peculiaridades” (2013), na qual a autora aborda aspectos importantes da estrutura funcional do colégio e dos seus dados históricos.

Por fim, foram analisados a monografia de Dourado: “História do Colégio de São

Sebastião do Rio de Janeiro” (2014); o resumo expandido: “A diferença educacional entre gêneros no colégio jesuítico do Rio de Janeiro no século XVI” (2013); e o artigo de Toledo e Dourado: “Fundação do Colégio do Rio de Janeiro no século XVI” (2014).

Após a identificação dos artigos mais relevantes, realizou-se a análise dos escritos de Serafim Leite, organizador das Cartas do Brasil; e do escrito do P. Manuel da Nóbrega (1955), que retrata o cenário do período da morte de Inácio de Loyola e apresenta vários meios para a conversão do gentio.

Foram analisadas: “História da Companhia de Jesus no Brasil” (2004); “*Monumenta Brasiliae*” (1956); e “Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil” (1538-1553) - obras que são fontes históricas carregadas de conteúdos significativos para a história da educação, ambas obras do autor Serafim Leite.

Na carta dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553) (1956), Serafim Leite introduz a carta do Padre Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, essa aborda os assuntos relacionados aos jesuítas, missões e o período colonial no Brasil. Em “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Leite (2004) relata todos os aspectos da educação brasileira: reitores, conteúdos, compartimentos, contexto histórico, indígenas e padres jesuítas. Já o livro “Cartas do Brasil” (1549-1560), de Padre Manuel da Nóbrega (1931), traz aspectos relevantes para compreender a colonização e o ensino. Em 1549, os jesuítas chegaram ao Brasil e iniciaram o processo de educação. A vida de Nóbrega é colocada em pauta e sua participação foi essencial para a formação e fundação da instituição de ensino no Rio de Janeiro.

As reflexões e as discussões são pautadas à luz do referencial teórico do Materialismo Histórico-Dialético, tendo como propulsores Karl Marx e Friedrich Engels (2007). Sendo assim, para compreender o processo de tomada de consciência humana, na história contemporânea, é preciso conhecer o processo histórico, pois a sociedade é uma produção historicamente transitória, cujas contradições internas podem levar à revolução ou à alienação do ser humano.

Marc Bloch¹, com a fundação da Escola dos Annales² nos dá a possibilidade de percepção do ser humano enquanto sujeito da história. Podemos assim, observar as relações que se dão através dos fatos, suas problematizações entre o contexto histórico colonial da América portuguesa e o Brasil, com um estudo acerca do ser social no tempo. Aliando o

¹ Marc Bloch (1886-1944), foi um historiador francês e um dos fundadores da Escola dos Annales.

² A Escola dos Annales refere-se ao movimento historiográfico do século XX, conhecido por incorporar novos métodos à História, como a longa duração e o estudo das mentalidades.

passado com o presente, as indagações do presente são o que fazem nos fazem como historiador voltar ao passado, utilizando de seus testemunhos e transmissões. (BLOCH, 2001)

Dito isso, compreende-se que a História, como ciência que estuda os seres humanos no tempo, como produtora de uma narrativa. Fazendo dos acontecimentos, ações e pensamentos passados, objetos de estudo pensado no presente. A forma de pensar tais objetos, inclui diferentes metodologias, teorias, procedimentos, e maneiras de abordar o que nos foi deixado pelos nossos antepassados, seja por meio de vestígios documentais, ou pela história oral. É o ofício do historiador, controlar meios para alcançar cada vez mais a veracidade dos fatos, levando em consideração que cada civilização tem sua forma de pensar a história. Toma-se, portanto, a História como a cristalização do conhecimento adquirido transformando-o em textos, narrativas, conceitos e discursos, usando do estudo do passado com o aporte teórico para produzir discursos, formando então, o conjunto de narrativas do qual denominamos historiografia.

Cada época elenca novos temas, que no fundo falam mais de suas próprias inquietações e convicções que de tempos memoráveis. Tendo em mente que a escolha do historiador apesar de atrelada com sua visão de mundo, deve ter acima de tudo o compromisso com a verdade, pretende-se nesse artigo uma reflexão sobre a relevância do período estudado.

3. Resultados e Discussão

Da Monarquia portuguesa à exploração de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVI

Assim como nos demais reinos da Europa, no século XVI, Portugal manifestou uma política de centralização do poder real, com o intuito de desfragmentar a autoridade do rei, incutida nos senhores feudais. Dessa forma, objetivando a retomada de sua soberania, realizou-se o desenvolvimento de mecanismos, por exemplo, a coibição da influência da Igreja Católica e o controle da nobreza feudal.

Segundo João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (2001), o Império português permeava as relações econômicas, políticas, sociais e jurídicas, tornando possível a articulação de uma rede comercial em grande escala, conectada, também, por vínculos particulares e consanguíneos.

As relações sociais da alta burguesia ocorriam por meio da hereditariedade, deferindo aos membros familiares poder e prestígio (Fragoso; Bicalho & Gouvêa, 2001, p.23). Além disso, as expansões das cidades e da classe burguesa desencadearam em um aumento do consumo, promovendo as atividades mercantis. A Coroa Portuguesa e o restante da aristocracia usufruíram do prestígio e da riqueza ocasionados pelo início da expansão marítima e comercial (Mainka, 2012).

Apesar da prosperidade visível do Império, no qual a aristocracia vivia no luxo da corte e a burguesia comercial ganhava paulatinamente seu espaço na sociedade, no geral, a população tinha uma baixa qualidade de vida. A estrutura portuguesa, muito pertinente na Europa, também refletiu no Brasil Colônia, engendrando traços na nossa cultura. Dessa maneira, os mais ricos, como os senhores de engenho e aqueles que eram ligados as capitânicas hereditárias, ao governo geral ou ao alto clero dispunham de privilégios, restringindo a riqueza do restante da população em condições subalternas.

O processo de expansão territorial português teve seus pontos iniciais em 1415, na tomada de Ceuta (Marrocos); em 1418 e já em 1432, com a descoberta das ilhas da Madeira e das Canárias respectivamente. De acordo com Peter Johann Mainka (2012), a partir de 1419, a costa da África, transformada em colônias, começou a ser explorada pelos portugueses, por meio da agropecuária, pois não possuía grandes quantidades de minerais.

Portugal, no século XVI, conviveu com dois modos de produção, o feudal e o capitalista, por vezes, antagônicos (Costa, 2008). Dessa forma, podemos entender o período colonial como uma transição, na qual o mercantilismo sobrepuja o sistema feudal. Segundo Joicy Suely Galvão da Costa (2008), essa dualidade europeia refletiu na ocupação das terras brasileiras e de outros territórios descobertos durante a expansão e a colonização realizada pelo Império Português.

De acordo com Peter Johann Mainka (2012), há cinco motivos que permitiram a expansão comercial de Portugal: economia, sociedade, ideologia, intelectualidade e tecnologias da época. A expansão marítima possibilitou a aquisição de especiarias e mercadorias de luxo, oriundas do Oriente, por valores mais acessíveis do que os preços pedidos pelos mercadores italianos. Portugal, conquistando novas rotas além do Mediterrâneo, passou a comandar o comércio e a buscar produtos que atendessem as demandas dos europeus.

Portugal, também, vivenciou o Renascimento, por meio do contato com os mercadores italianos e, principalmente, da influência dos escritos e ideias, oriundos de viagens e intercâmbios culturais, que permeavam a corte portuguesa. O comércio com a França, a

Espanha e a Inglaterra eram contínuos, como consequência, a relação comercial e cultural tornou-se intensa.

Entretanto, os portugueses enfrentaram dificuldades para ter acesso aos produtos, pois, a partir de 1453, os turcos muçulmanos venceram o Império Bizantino e tornaram inviáveis as transportações do Oriente para o Ocidente pelo Mar Mediterrâneo. Com o novo domínio e o aumento dos preços das mercadorias requisitadas pelos consumidores europeus, nos finais do século XV, houve, também, a escassez de metais preciosos, como o ouro e a prata (Dourado & Toledo, 2013).

As grandes navegações caracterizaram, na Europa, principalmente, em Portugal, uma organização do trabalho escravo. Conforme Luiz Felipe de Alencastro (2000), enquanto a Igreja Católica e a Coroa de Portugal desfrutavam dos privilégios do Estado português, a população escrava e as classes populares viviam com péssimas condições de vida.

A política mercantilista consistia na acumulação, por parte do Estado, de metais preciosos, provindos das exportações, sanções e restrições nas importações, com isso, visava a balança comercial favorável. Dessa forma, temos o Estado desempenhando a função intervencionista na economia portuguesa. (Villar, 2010).

Vale ressaltar que o Mercantilismo é o agrupamento de práticas econômicas, ditadas pelo mercado europeu, cuja relação comercial acontecia por meio de acordos entre os Estados, tornando, proporcionalmente, mais rica a nação e a sua posse de metais preciosos.

Tendo em vista que o Mercantilismo tinha como base a balança comercial favorável, intermediada pelo protecionismo e o pacto colonial, Portugal foi beneficiado, no comércio, durante o século XVI, o que facilitou o envio de alguns estudantes portugueses para estudar em universidades europeias renomadas, como a de Paris. Posteriormente, esses estudantes retornaram à Portugal com novas ideias e pontos de vista a serem implementados, a fim de desenvolver os ideais humanistas e renascentistas (Martins, 1997).

As intenções de Portugal em expandir o comércio e o território, por meio das grandes navegações, impulsionaram o aprimoramento de novas tecnologias marítimas. O desenvolvimento das ciências - no campo da astronomia, da matemática e da botânica, por exemplo - resultou em tecnologias navais, ajudando Portugal em sua empreitada de mapear novas terras espalhadas pelo mundo (Martins, 1997). Ainda nos finais do século XVI, o pioneirismo marítimo português atrelou-se as navegações até o Oriente, ação que gerou lucros, promoveu a burguesia comercial e enriqueceu a nobreza.

Construída em Portugal, a caravela era ágil e fácil de ser conduzida. Além disso, a sua criação revolucionou as ferramentas úteis à navegação, com mapas mais completos, que

apresentavam as descrições de rotas e as rosas dos ventos, bússolas, quadrantes, báculo, cruzeiro e astrolábio. Essas são algumas invenções científicas decisivas que auxiliaram os portugueses no século XVI, tornando as navegações intensas por toda a América (Aranha, 2006).

Em 1517, com Martinho Lutero (1483-1546), iniciou-se, na Alemanha, os primórdios para a fundação da igreja protestante. Como consequência, a Igreja Católica passou pelo movimento de reformas (autorizadas pelo Concílio de Trento³), tendo como pautas: a reafirmação da autoridade papal, a manutenção do celibato eclesiástico, a retomada da Inquisição, a proibição de livros considerados inapropriados e o incentivo à catequização do novo mundo. Os reformistas alegavam, entre outras coisas, que as indulgências não compravam a vida eterna no reino dos céus (Aranha, 2006).

O renascimento da cultura greco-latina trouxe novas formas de pensar a sociedade, o que possibilitou questionar a explicação do homem pela Igreja. As razões, que culminaram no desenvolvimento da reforma, foram impulsionadas, concomitantemente, pela pressão social, pois a população estava descontente com a corrupção da Igreja Católica, fazendo com que muitas pessoas apoiassem a reforma protestante (Aranha, 2006).

Durante o Renascimento, o enfoque deslocou-se do pensamento religioso para o questionamento do próprio homem. A curiosidade do ser humano, em encontrar explicações para aquilo que vivenciava em sociedade, permitiu o desdobrar de novas maneiras de pensar e agir (Dourado, 2014).

A mentalidade portuguesa sempre esteve fortemente relacionada aos costumes oriundos das Cruzadas na Idade Média, juntamente com o sentimento de conquista das localidades ocupadas pelos árabes muçulmanos. As disputas travadas entre os cristãos e os povos islâmicos resultaram de conflitos políticos, culturais e religiosos.

A catequização foi peça chave na conquista e na manutenção dos territórios, ainda mais, combateu as outras ordens religiosas. Nesse sentido, a contrarreforma, realizada pelos clérigos, com o intuito de conter a ameaça protestante e reconstituir a abalada hegemonia católica, fez com que a sociedade portuguesa refletisse sobre as mudanças na interpretação e prática da fé cristã (Martins, 2011).

Isso posto, no século XVI, a Igreja Católica, em Portugal, sofre modificações disciplinares e práticas no que tange seu bispado, dado ao Concílio de Trento, o que provocou

³ O Concílio de Trento foi instaurado em 1545 e teve por finalidade reafirmar os dogmas do catolicismo, como a Trindade Divina, os sacramentos, a santidade de Maria, etc.

certa instabilidade. Porém, mesmo desorganizados, D. João III (rei de 1521-1557) e a nação portuguesa buscaram na fé cristã a solução de todos os seus anseios e problemas. (Dreher, 1996).

Assim como em grande parte da Europa, em Portugal, as mudanças no pensamento se manifestaram de maneira filosófica e transformaram a postura da sociedade. Uma das iniciativas para regenerar o poder da Igreja Católica foi torná-la a religião oficial e perseguir todos aqueles que tivessem uma crença diferente, lembremos da instituição do Tribunal do Santo Ofício⁴ em 1536 (Moura, 2000, p.19).

Existiam diferenças nítidas, dentro da própria igreja, entre o clero regular e o clero secular. O primeiro era constituído por indivíduos de nível social privilegiado, geralmente ligados a nobreza; e o segundo, categorizado como classe inferior. Naquele período, os títulos religiosos e sociais eram vendidos ou ofertados em troca de favores.

No que diz respeito ao culto religioso, Portugal adotou o Catolicismo Romano. O objetivo era formar o cidadão português de acordo com a demanda política, social, econômica e cultural da época. Enquanto o clero português pretendia recuperar seu prestígio abalado pela reforma protestante, a Coroa Portuguesa objetivava expandir seu poder hegemônico, adquirindo, assim, riqueza para o Estado, interesses esses que dialogavam (ARANHA, 2006).

Segundo José Eduardo Franco (2011), outro fator decisivo no processo de colonização - e no contexto estudado do Brasil, que permitiu a construção do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro - foi o poder adquirido pela Igreja Católica na Idade Média, acumulando grandes riquezas e assumindo o papel de instituição mais rica da Europa Ocidental. Os jesuítas, por exemplo, adquiriram muitas propriedades. No entanto, não devemos descartar o fato de que muitos destes padres, ligados à ordem, lutavam por uma sociedade mais justa, trabalhando numa conversão portuguesa pelo viés de suas filosofias religiosas (Franco, 2011).

A educação religiosa, no Brasil colonial, era ministrada pelos padres jesuítas. Atesta Martins (2011) observa que, ao nascer, a criança era educada para viver em conformidade com os dogmas da Igreja Católica. Esse fato contribuiu para a ação pedagógica dos jesuítas, foram implantados diversos estabelecimentos de disseminação da fé cristã. Igreja e Estado estiveram unidos em Portugal e ambos influenciaram a sociedade no século XVI. A Igreja agiu indiretamente na vida social, por meio da educação, e o Estado agiu incisivamente pelo controle político e econômico.

⁴ Segundo Luciana Gonçalves Pinheiro (2019), o Tribunal do Santo Ofício era uma instituição eclesiástica de cunho judicial que tinha por finalidade vigiar as práticas religiosas na Península Ibérica e na América Portuguesa.

No que diz respeito a educação das crianças, desce cedo, geralmente oito dias após o nascimento, o bebê já era batizado. A catequese era ensinada a qualquer idade e ministrada por monges e frades, com isso, a doutrina da Igreja era repassada, compreendida e assimilada pela sociedade.

Os cristãos participavam de missas, festas religiosas, confessavam seus pecados e se penitenciavam. Caso isso não acontecesse, ficavam proibidos de receberem os sacramentos. Entre as principais infrações cometidas estavam: o pecado da sodomia, o coito de animais, a homossexualidade e qualquer ação que prejudicasse a estrutura física e os dogmas da Igreja ou de seus membros.

A Igreja Católica aconselhava os fiéis a seguirem as normas eclesiásticas, frequentarem as missas, abandonarem seus pecados e a seguirem uma educação religiosa. Dessa forma, seria possível alcançar a vida eterna e desfrutar da vida que Deus concedeu. Por isso, o papel pedagógico dos padres jesuítas foi essencial para a retomada do poder religioso (Iglesias, 2004).

A Companhia de Jesus possuía casas de professores, colégios e missões. Os padres jesuítas tinham como regra principal a obediência à doutrina católica. Doutrina que se tornou em um poderoso instrumento para conter as novas ideias e questionamentos, advindos, com maior frequência, do pensamento protestante ou da diferente cultura e organização social que se encontrava entre os povos colonizados antes da chegada dos portugueses. Os padres também deveriam cumprir com as normas religiosas das escrituras para manter a ordem eclesiástica, pois “para melhor conseguir este fim, fazem-se nela os três votos de obediência, pobreza e de castidade” (Iglesias, 2004, p.46).

Os jesuítas seguiam as instruções da Companhia de Jesus. Conforme as Diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil (2011), o propósito era preparar e renovar os jesuítas e os futuros padres para as missões. Quanto as dimensões da vocação dos membros da Companhia, essas se referiam às questões espirituais, isto é, de contato com Deus; comunitária, de consenso entre os membros dentro do grupo; intelectual, desenvolvida pelo estudo; e apostólica, afirmada pelas diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil.

Nota-se que a Ordem da Companhia de Jesus foi de extrema importância para a expansão e para a manutenção da fé cristã em todo mundo, principalmente durante o início da exploração e colonização do Brasil. A formação ideológica levada aos “gentios”, que viviam na América Portuguesa⁵, desencadeou uma nova visão de mundo para essa população. Além

⁵ América Portuguesa, corresponde a colônia de Portugal, ou seja, o Brasil.

disso, contribuiu com os intuitos da Coroa Portuguesa de apaziguar os nativos, tornando possível a propagação do poder hegemônico do Estado Português. Unidas, as ações da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, as transformações sociais, culturais e tecnológicas de Portugal, no século XVI, iniciaram o processo de exploração da América Portuguesa.

A constituição do colégio no Brasil: conflitos e a educação

No ano de 1500, a esquadra marítima de Pedro Álvares Cabral (1467-1520) chegou ao Brasil, então, iniciou-se o processo de exploração das terras que, nesse período, eram resididas pelos indígenas. Em 1549, os padres jesuítas fixaram-se na Bahia, em conjunto com o governador geral, Tomé de Souza, para organizar as missões administrativas na América Portuguesa (Leite, 1937).

Os padres jesuítas tornaram-se os educadores da Terra de Vera Cruz e seguiam a didática do modelo de constituição das normas da Companhia de Jesus. Alguns meninos órfãos foram trazidos de Lisboa (Portugal) e, com isso, estabeleceram relações linguísticas com as crianças indígenas, a fim de converter e catequizar o gentio. Conforme Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar (2004), os padres ensinavam a doutrina, a leitura e a escrita às crianças e aos adultos.

No processo de catequização e educação dos indígenas, o padre José de Anchieta (1534-1597) ensinava as crianças nas casas de bê-á-bá, por meio do teatro, como instrumento pedagógico. As peças eram criadas e interpretadas em português e em tupi, com a finalidade da catequização, ligando a cultura cristã à cultura indígena. Os primeiros alunos, que frequentaram as aulas, foram os mamelucos bilíngues, pois compreendiam o português e o tupi (Dourado, 2014).

O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro passou por um intenso processo histórico de rupturas e continuidades. Conforme Serafim Leite (1956), os reinos de Portugal e da França entraram em conflito pela região da Baía de Guanabara, ou seja, disputaram a posse das terras, que hoje pertencem à cidade do Rio de Janeiro, para que pudessem expandir a hegemonia econômica. A Igreja Católica, nesse processo, aliou-se à administração portuguesa para evangelizar os nativos, por meio do teocentrismo religioso, e recuperar seu prestígio abalado pelas reformas protestantes que ocorriam na Europa.

Em um primeiro momento, os franceses tentaram expandir sua hegemonia territorial e econômica na região da baía litorânea de Guanabara, com a intenção de favorecer o fluxo de mercadorias. Com isso, em 1554, o militar francês, Nicolas Durand de Villegagnon (1510-

1571), liderou uma expedição anônima, em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, para tentar conseguir informações sobre o modo de vida e sobre as estratégias militares e comerciais dos portugueses que moravam à beira-mar (Leite, 1956).

A expedição pretendia fundar uma colônia francesa nas proximidades do grupo indígena Tupinambás, situado nos contíguos da baía do Rio de Janeiro. Essa localidade era um ponto estratégico, pois os portugueses temiam os ataques indígenas. Por fim, os franceses intencionavam fundar uma grande base naval, com torres altas e resistentes, que protegesse seus armamentos, como afirma Dourado (2014) e Mendonça (2008).

Os franceses se aliaram aos nativos Tupinambás e conseguiram dominar o território por um determinado tempo. Entretanto, os portugueses tinham o objetivo de expulsá-los, para isso, contaram com o apoio dos indígenas Tamoio, pois os dois grupos indígenas, pertencentes à tribo Tupi, mantinham relações conflituosas. Segundo Serafim Leite, os portugueses tiveram o auxílio de alguns gentios na tentativa de expulsão dos franceses:

(...) Como contrapartida inquietadora, nesse mesmo ano, em Novembro de 1555, se estabeleciam os Franceses na baía de Guanabara, grave ocorrência que cortava o Brasil em duas partes; e ali iriam ficar muitos anos seguidos, sem serem inquietados por D. Duarte da Costa, que, aliás, não dispunha de meios adequados para desalojá-los. A presença dos intrusos animava os Índios contrários (Tamoios) e produzia indecisão e efervescência nos índios amigos (Tupis). O perigo era evidente, e urgia remediá-lo. Nobreza, em 1557, escreve que se Portugal não provê com brevidade, deitando fora os Franceses e povoando o Rio de Janeiro, perder-se-ia a Capitania de S. Vicente. (...) (Leite, 1956, t. II, pp.50-51).

De acordo com a carta de Padre Manuel da Nóbrega, enviada do Brasil ao padre Simão Rodrigues em Lisboa, em 1552, as guerras travadas entre os portugueses e os franceses, na Baía de Guanabara, geraram um processo tempestuoso.

Diante desse fato, a expedição marítima de Américo Vespúcio (1451-1512) chegou ao Brasil em 1502 e, no ano de 1519, Fernão de Magalhães (1480-1521) chegou ao Rio de Janeiro para defender as terras brasileiras. Em 1530, quando Portugal percebeu que perderia a posse da terra do Pau-Brasil, o rei Dom João III determinou o regime de capitánias hereditárias (Assunção, 2007).

É nesse contexto que a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se desenvolveu. Também houve as demarcações territoriais, nas quais, Martim Afonso de Sousa (1490-1571) dividiu a Capitania em duas partes: a primeira ficou sob seu comando e a área, ao norte, foi constituída no ano de 1567, como Capitania Real do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Salvador Correia de Sá (1540-1631) (Dourado, 2014).

A organização do colégio

Padre Manuel da Nóbrega pensou em realizar o plano de construção do colégio jesuíta, na Baía de Guanabara, desde 1561. “(...) Os tamoios já se tinham confederado contra os portugueses, espicaçados pelos franceses, de quem recebiam ferramentas, espadas e arcabuzes” (Leite, 1937, p.29). O objetivo da evangelização e da educação indígena era dar continuidade à hegemonia católica, em meio ao desenvolvimento e ao crescimento da fé protestante, na tentativa de cumprir a finalidade da Companhia de Jesus, ou seja, transmitir os princípios da fé católica.

Segundo Armelle Enders (2000), em 18 de janeiro de 1565, os navios, comandados por Mem de Sá, chegaram à Baía de Guanabara e, em confronto com os indígenas tamoios e com os colonos franceses, tornaram-se vencedores da batalha que resultou na conquista do território almejado. Com a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, institui-se a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Diante disso, Manuel da Nóbrega solicitou ao Estácio de Sá (1520-1567), sobrinho do governador, por intermédio do Padre Gonçalo de Oliveira, as terras para a fundação do colégio.

Os franceses permaneceram na Baía de Guanabara até 1571. No entanto, como não possuíam terras, a maioria voltou à Europa, somente alguns conseguiram manter as propriedades que haviam conquistado e permaneceram na Guanabara (Doria, 2012).

A carta, do Padre José de Anchieta, escrita na Bahia, em 9 de julho de 1565, revela que a cidade foi instituída no último dia de fevereiro. A vinda dos padres Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta, para São Sebastião, foi fundamental à inserção da educação na cidade.

Mem de Sá determinou os espaços territoriais à construção do Colégio Jesuíta na região. Nóbrega ficou como superior da instituição educacional e das casas de bê-á-bá. Já Salvador Correia de Sá⁶ tornou-se governador do conselho organizado pelo missionário. Os três residiram no Rio de Janeiro nos primeiros anos de sua implantação (Nóbrega, 1931).

De acordo com José Antônio Nonato (2000), o padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) tinha a intenção de edificar o Colégio Jesuíta no Rio de Janeiro. Com a fundação da cidade de São Sebastião, isso se tornou possível, no entanto, devido à sua morte, em 17 de outubro de 1570, ele não conseguiu acompanhar a construção da obra jesuítica, então, a ação ficou a cargo do padre Gonçalo de Oliveira.

⁶ Salvador Correia de Sá, foi militar e governou o Rio de Janeiro durante dois períodos.

Para a construção do prédio, todo o material foi exportado e financiado de Portugal. Com a conclusão da obra, o Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi o local de ensino dos futuros padres. A condição primordial para a seleção dos alunos era possuir o domínio básico do curso de primeiras letras. Uma parcela desses estudantes era, muitas vezes, de famílias que possuíam boas condições de vida e os outros eram meninos pobres que se destacavam pela dedicação aos estudos. Os meninos moravam no colégio e zelavam pelo ambiente.

Para melhorar a organização, em 1599, foi estabelecido o *Ratio Studiorum*, com um apanhado de normas para o ensino nos colégios da Companhia de Jesus. Sua principal intenção era organizar os afazeres, os exames e os métodos de ensino para a inovação escolar, bem como para estabelecer parâmetros em todos os estabelecimentos da Companhia.

O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro ofertava o curso de Filosofia, Teologia Moral, Algarismo e Humanidades. Ainda, contava com o ensino de primeiras letras, bons costumes e latim para alunos internos e externos. (Leite, 2004). Maria de Fátima Medeiros Barbosa (2005) afirma que o primeiro reitor da instituição foi o padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) e tinha como auxiliares os missionários Antônio Rodrigues e Fernão Luís.

A infraestrutura do Colégio São Sebastião do Rio de Janeiro era fundamentada na *Acta in Congregationis Generalis*⁷, descrita por Anna Maria Monteiro de Carvalho (2000) e Nonato e Santos (2000), que analisam a relação arquitetônica da solidez e a higiene com a decoração do ambiente.

Além do mais, o estabelecimento de ensino possuía espaços estruturais como celas, salas de aula, oficinas, copa, cozinha e refeitório. Sua infraestrutura era de 200 metros de comprimento, três andares e várias celas.

O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro funcionava seis dias por semana e cinco horas por dia, dividido em dois expedientes. De acordo com Luiz Antônio da Cunha (2007), a rotina era organizada da seguinte forma: duas horas de estudo pela manhã, entre as 8 e as 10 horas, e das 15 às 17 horas da tarde. Após o fim de cada turno, havia uma hora disponível para discussões e para sanar dúvidas. As férias aconteciam durante os meses de dezembro e de janeiro.

A instituição contava com a primeira biblioteca pública do Rio de Janeiro e possuía as coletâneas de Aristóteles, Platão, Plínio e Virgílio, em alguns casos, escritas pelos próprios jesuítas que vinham da Europa ao Brasil (Wrege, 2012).

⁷ A *Acta in Congregationis Generalis* trazia as regras sobre as edificações da Companhia de Jesus.

Na perspectiva de Serafim Leite (2004), o colégio era a casa de exercícios espirituais de S. Inácio, tanto para os alunos quanto para a comunidade, pois contava com a igreja, espaço muito importante de ligação entre Deus e os seres humanos.

O ensino abrangia as missões rurais. Essas permitiam o cultivo da terra e do uso de técnicas agrícolas ensinadas pelos religiosos aos educandos. O espaço ocupava grande extensão do território da instituição. Além do dízimo doado pelos fiéis, as plantações serviam de fonte de renda.

Também havia o atendimento à comunidade externa, para quem tivesse interesse em ler os livros da biblioteca. Segundo Flávio Coelho Edler (2006), Cunha (2007), Wrege (2012) e reforçado por Serafim Leite (2004), outro espaço muito relevante era a botica, no Morro do Castelo, que provia remédios aos doentes e supria as demais farmácias de algumas fazendas e aldeias que existiam na cidade do Rio de Janeiro.

A população, por sua vez, recebia o atendimento gratuito durante as epidemias. Nas enfermarias do hospital da instituição escolar, principalmente, os soldados eram atendidos devido às condições de trabalho que realizavam ao Estado.

Em 1587, o estabelecimento passou por reformas, o que resultou na ampliação da casa convencional, conservada no Morro do Castelo até o ano de 1759, quando os jesuítas foram expulsos e a igreja, que era extensão do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, foi interrompida e substituída pelo antigo santuário.

Após o Estado português retirar os jesuítas da organização educacional, o estabelecimento se tornou palácio, mais adiante hospital, depois escola de medicina e, novamente, a instituição voltou a ser o Hospital Militar da Corte portuguesa. Várias reformas educacionais ocorreram até constituir a forma educacional que temos no século XXI (Nonato & Santos, 2000).

A história do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro é indispensável para compreendermos como ocorreram as primeiras formas de organização educacional no Brasil. Foi por intermédio dessa instituição, e de tantas outras ocupadas e realizadas pelos padres jesuítas, com o que era possível fazer no contexto, que as gerações mais novas puderam dar continuidade ao conhecimento produzido pelas gerações passadas.

Segundo Silva (2018), a experiência jesuítica no Brasil apresentou várias nuances e narrativas que demonstraram a relação do jesuíta com os indígenas, os colonos e as ações que obtiveram diante as relações sociais, no qual foi reflexo de uma política metropolitana e de adaptações na Colônia. Assim, os jesuítas passaram por uma preparação profissional meticulosa no interior dos Colégios antes de terem uma experiência missionária para torna-los

gestores, no qual deveriam aliar a necessidade espiritual e material para o exercício do seu trabalho.

Diante desse exposto, a colonização da região do Rio de Janeiro só foi possível devido à relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica. Enquanto a administração portuguesa expandia seu território e se beneficiava com os recursos oriundos do Brasil, os padres jesuítas disseminavam o Cristianismo, que havia sofrido repressão pelo protestantismo, e amansavam o gentio que, em muitos casos, acabaram cedendo e acatando as vontades dos exploradores.

A organização do colégio se aproxima da infraestrutura das universidades ou das escolas técnicas atuais. A herança deixada pela Companhia de Jesus é muito importante para a educação, pois os métodos começaram a ser repensados, conforme as transformações sociais, econômicas e culturais de cada época.

Por fim, ao analisar o trabalho jesuíta e da Coroa Portuguesa durante a exploração do Brasil e da instauração do colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro, a partir dos escritos de Marx (2003), na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, compreende-se que o ser humano produz a religião e não ao contrário. O Estado e a sociedade, por sua vez, são articuladores da produção da religiosidade, a fim de, explicar o mundo a sua volta. Nesse sentido, utilizam, muitas vezes, como forma de controle social e justificação para os problemas sociais.

A religião acaba sendo mecanismo de adaptação, conformação do sujeito e e alienação espiritual com a inevitável angústia relativa às injustiças do mundo. Pode-se sintetizar a posição de Karl Marx em relação a função cumprida pela crítica da religião a partir da passagem que segue:

A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que ele pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e recuperou o entendimento, a fim de que ele gire à volta de si mesmo e, assim, à volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira à volta do homem enquanto ele não gira à volta de si mesmo (MARX, 2003, p. 46).

Com o indígena, isso é, o trabalhador alienado, era possível dominar, manter o poder e expandir o território português e o prestígio religioso. Isso fica posto, quando Karl Marx (1974), afirma que o capital se constitui do trabalho objetivado, no qual torna uma força social alienada do operário. Quanto mais intensa for a alienação em massa, maior é a força e poder suficiente para a dominação e manutenção de quem já detém o poder. Portanto, o trabalhador passa a não mais ser pertencente de uma classe coletiva e sim indivíduo, que precisa cooperar com o Estado e se vê como o capitalista, sem enxergar a sua exploração.

4. Considerações Finais

No decorrer da pesquisa, percebe-se a relação jesuíta entre Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus ao se aliarem por meio da educação para garantirem o prestígio social, econômico e político. No entanto, os indígenas sofreram cruelmente com essa nova organização, seja nos aspectos físicos, psicológicos e culturais e que precisam ser pensados na atualidade para que políticas de reparação sejam instituídas na sociedade.

Percebe-se que as delimitações territoriais da Capitânia de São Vicente, estabelecidas por Martim Afonso de Souza, originaram o espaço em que foi fundado o colégio e a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A instituição de ensino se tornou um importante centro cultural do Morro do Castelo. Ainda, os jesuítas tiveram um papel fundamental no processo de formação dos futuros clérigos, os quais deram continuidade a religiosidade da época.

O Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro foi extinto durante o governo do prefeito Carlos Sampaio no ano de 1921. Justificaram a extinção dizendo que o espaço estava abarrotado de antigos casarões e cortiços muito próximos ao centro da cidade. Além disso, havia muitos trabalhadores.

As contribuições de Marx, nos fazem refletir a contradição entre a importância de educar os padres jesuítas para não se perder o conhecimento já produzido, no entanto, promove a reflexão de que é preciso olhar a religião também de forma crítica, quando ela cumpre o papel de alienar o trabalhador, assim, como foi utilizada como mecanismo de controle indígena para a manutenção do poder.

Com o viés marxista temos também a possibilidade de trazer as camadas antes subalternas, para o cerne da história. As lutas e movimentos sociais formam uma nova definição, colocando na narrativa histórica os personagens antes pertencentes a uma categoria inferior (DURVAL, 2012). Ou seja, os indígenas se tornam legitimados por essa forma de escrever história.

Produzir a humanidade daqueles chamados de seres humanos, é dever da história, que tem o próprio homem/mulher como artefato e a função de sensibilizar o civilizado. Com a historiografia acompanha em sua diversidade e não em sua identidade. Acima de tudo, com o estudo da história se constrói o respeito pela alteridade. (Durval, 2012).

Analisa-se as relações de poder, econômicas e sociais, percebe-se a pesquisa histórica como fundamental para o campo historiográfico, pois ela afasta a versão romantizada ou já consagrada do passado. Não nos prendendo apenas a uma memória, e sim as desfazendo e

refazendo, com o aparato conceitual aprendido na formação, de forma com que as memórias entrem em crise, dando novos sentidos e significados a nossa própria história.

Atualmente, apesar da instituição não existir fisicamente, é preciso resgatar a história da educação nesse contexto, pois, assim, podemos compreender a humanidade para a criticidade e humanização no tempo presente. Fato que contribui para o ser social não esquecer a sua origem e nem perder a sua totalidade nas relações com a natureza. Há uma grande necessidade de estudos que abordem a temática e reflitam os problemas ocorrido no passado para que eles não se repitam no presente. Pois, apesar de enfrentarmos novas realidades, é a inquietação própria de nosso tempo que nos faz aliar passado e presente, indagando tempos memoráveis, seus testemunhos e transmissões. As relações que se deram através de fatos, suas problematizações e contextos históricos.

Referências

Albuquerque Jr, D. M. (2012). *Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?* In: Gonçalves, Marcia de Almeida et all (org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV, 21 – 39.

Alencastro, L. F (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia Das Letras.

Aranha, M. L. A. (2006). *História da Educação e da Pedagogia*. (3a ed.), São Paulo: Moderna.

Assunção, P. (2007). *A cidade de São Paulo no período colonial: as cartas jesuítas*. Ano XIII, nº 50. Recuperado de: <ftp://ftp.usjt.br>.

Barbosa, M. de F. M. (2005). *As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência religiosa de Anchieta, S.I (1534-1597)*. Roma: E.P.U.G.

Bloch, M. (2001) *Apologia da história ou do ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Carvalho, C., Nóbrega, C., & Sá, M. (2005). *Introdução*. In: Cazajkowski, Jorge. (orgs.) Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Costa, J. S. G. (2008). *Educação jesuítica e dualidade social: Um olhar sobre as Práticas educativas formais no Brasil Colônia*. Mneme. Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), 9(24).

Cunha, L. A. (2001). *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. (3a ed.), São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Diretrizes da formação da Companhia de Jesus no Brasil (2011). São Paulo: Edições Loyola.

Doria, P. (2012). *1565 enquanto o Brasil nascia: A aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Dreher, M. N. (1996). *A Crise E Renovação Da Igreja No Período Da Reforma*. v.III. (4a ed.) Rio Grande do Sul: Editora Sinodal.

Dourado. A. V. (2013). *A diferença educacional entre gêneros no Colégio Jesuítico do Rio de Janeiro No Século XVI*. Anais do I Seminário sobre gênero. Recuperado de: <http://seminariogenero.unespar.edu.br>.

Dourado. A. V. (2014). *Fundação do colégio do Rio de Janeiro no século XVI*. Anais da Semana de Pedagogia UEM. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Recuperado de: <http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia>.

Dourado. A. V. (2014). *História do Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVI*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Recuperado de: <http://www.dfe.uem.br/2014.html>

Enders, A. (2000). *A história do Rio de Janeiro*. (2a ed.), Rio de Janeiro: Editora Gryphus.

Edler, F. C. (2006). *Boticas & farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Fragoso, J. (2001). *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: Fragoso, J., Bicalho., & Maria Fernanda, et al (Orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XV-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fragoso, J., Bicalho, F. M., & Gôuveia, F. M (2001). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa: (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Franco, J. F (2011). *Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal*. Tempos e modos: Casamento, Divórcio e União de Facto. Lisboa: CLEPUL.

Ferreira, A. Jr. Bittar, M. (2004). *Pluralidade linguística escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil século XVI*. Revista Educação Sociológica, Campinas, 25(86), 171-195.

Holanda, B. S. (1968). *A época colonial: Do descobrimento à expansão territorial*. v.I. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Iglesias, M. E. (2004). *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola.

Leite, S. (2004). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. IV, São Paulo: Loyola.

Leite, S (2004). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. VII, São Paulo: Loyola.

Leite, S (1937). *Páginas de história do Brasil*. vol.98. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Leite, S (1956). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, v. I e v. 3.

Mainka, P. J. (2012). *O início da colonização do Brasil no contexto da expansão marítima portuguesa (1415-1549)*. In: Toledo, César de Alencar Arnaut de; Ribas, Maria Aparecida de Araújo Barreto; Skanlinski, Oriomar Junior. v. I. Maringá: EDUEM, 17- 88.

Marx, K. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo.

Martins, F. J. de S. (2011). *Educação e religião em Portugal no Século XVI: o Catecismo Romano e o Ratio Studiorum*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

Martins Pina, J. V (2008). *O Humanismo*. In: Mattoso, J. (Org.) *História da Universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997.

Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Mendonça, A. G. *O Celeste Porvir: A inserção do Protestantismo no Brasil*. (3a ed.), São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.

Moura, D. H. (2008). *Educação Católica no Brasil: Passado, presente e futuro*. São Paulo: Edições Loyola.

Nóbrega, M. da (1931). *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp.

Nóbrega, M. da (1956). *Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues*. Lisboa. In: Leite, S. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*. v. I. Coimbra: Tip. da Atlântida.

Nonato, J. A., & Santos, N. M. (2000). *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN.

Pinheiro, L. G. (2019). *A Ação do Santo Ofício na América Portuguesa*. São Paulo: Uberlândia.

Silva, Úrsula Andréa de Araújo (2018). Educação profissional e religiosa: a experiência jesuítica no Rio Grande colonial. 7(10). Recuperado de: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/388/320>.

Villar, P. (2010). *A transição do Feudalismo e ao Capitalismo*. (5a ed.), Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Wrege, S. R. (2012). *O Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro e suas peculiaridades*. Anais da Universidade Federal da Paraíba. Recuperado de: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Amanda Vitor Dourado – 55%

Amanda Malheiros Pereira – 45%